

# Saiba mais sobre o trabalho da CONICQ

O trabalho da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ) é fundamental para a implantação de ações da Política Nacional de Controle do Tabaco. Instância cuja Secretaria-Executiva é de responsabilidade do INCA há 16 anos, a CONICQ atuou para a adoção do aumento de impostos sobre os cigarros e a aprovação de legislação que proíbe o fumo em locais fechados.

A Comissão foi criada por decreto presidencial com a missão de ratificar e implementar a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, tratado internacional de saúde adotado pela Assembleia Mundial da Saúde em 2003. Negociado de 2000 a 2003 por 192 países, o acordo estabelece diretrizes para a diminuição global do tabagismo e suas consequências. Com a adesão do Brasil à Convenção ratificada pelo Senado Federal em 2005, o documento passou a ter o status de política de Estado e seu cumprimento tornou-se uma obrigação do governo brasileiro.

A escolha do INCA para exercer a Secretaria-Executiva da CONICQ deu-se de forma natural, já que, desde o fim da década de 1980, a gestão e a governança do controle do tabagismo no Brasil vêm sendo articuladas pelo Ministério da Saúde por meio do Instituto. Além disso, a instituição também foi responsável por organizar a delegação nacional que participou do processo de negociação da Convenção-Quadro em Genebra.

### Atuação se dá em várias frentes

A Secretaria-Executiva organiza as atividades da Comissão, facilita a articulação entre os órgãos que precisam colaborar para que os artigos da Convenção sejam executados e monitora a implementação do tratado no País. O setor tem profissionais com as mais diversas formações, alocados na unidade da Rua do Rezende.

“O Instituto faz um grande investimento no papel de controlar o tabaco e hoje conta com duas áreas que atuam exclusivamente nessa função: a Divisão de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco e a Secretaria-Executiva da CONICQ. Porém, podemos citar a importante participação de áreas como a Divisão de Pesquisa Populacional, a Cooperação Internacional e o Serviço de Comunicação Social, entre outros setores, que colaboram muito para o sucesso da Política”, pontua Tânia Cavalcante, secretária-executiva da CONICQ.

Dentre as frentes de trabalho da Secretaria-Executiva da CONICQ, destacam-se a emissão de notas técnicas que reúnem evidências em forma de argumentos para



A médica Tânia Cavalcante (ao centro) e a equipe da Secretaria-Executiva da comissão

defender ajustes necessários na Política Nacional de Controle do Tabaco junto a outros setores do governo, ao Legislativo e ao Judiciário, assim como a produção de publicações científicas e a prestação de consultoria a vários países.

“Além disso, cabe ao INCA a gestão do Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco, uma plataforma virtual contendo informações sobre o status de implementação nacional de cada uma das medidas da Convenção-Quadro”, conta Felipe Mendes, secretário-executivo substituto da Comissão.

### Combate ao comércio ilegal é um dos desafios

De acordo com Tânia, mesmo com todos os avanços, os processos em andamento e desafios ainda são muitos. Um deles é a aprovação do Projeto de Lei 769, de 2015, que estabelece a padronização das embalagens de cigarros, como forma de tirar sua atratividade, além de proibir a adição de sabores, a exibição dos produtos nos pontos de venda e o fumo em automóveis em que menores de idade estejam presentes. Atualmente, a CONICQ defende, ainda, a aprovação de um projeto de lei que institui a Cide-Tabaco, uma taxa a ser aplicada sobre produtos de tabaco cuja arrecadação deve ser vinculada a ações de prevenção e mitigação dos danos causados por esses produtos.

Outro ponto que necessita de avanço é o combate ao comércio ilegal de cigarros, que representa uma proporção significativa do consumo no País. A diversificação em áreas cultivadas com tabaco, que trata de alternativas economicamente viáveis à produção de fumo e da proteção da saúde do trabalhador e do meio ambiente, também tem merecido atenção especial da CONICQ.

Uma vitória recente foi o resultado da participação do INCA em um grupo de trabalho instituído pelo Ministério da Justiça para avaliar a redução da tributação de cigarros no Brasil, com o intuito de reduzir o comércio ilegal. O Instituto, representado pela Secretaria-Executiva da CONICQ e pela Divisão de Pesquisa Populacional, apresentou evidências de que não há relação entre a diminuição de impostos e a redução do comércio ilegal – o que é necessário são medidas para combater o crime organizado. “Não só conseguimos derrubar a ideia de reduzir o imposto, como trouxemos o grupo de trabalho para atuar na implementação do protocolo da Convenção que trata do comércio ilegal”, comemora Tânia Cavalcante.